

## Política



JOÃO VICENTE palestrou ontem em Vitória e criticou a política de alianças e coligações de pré-candidatos

## 50 ANOS DA DITADURA

# Filho de Jango ataca partidos e bancos

João Vicente destacou as necessidades de reformas estruturais no País, em evento que lembrou detalhes do golpe militar de 64

Evandro Calil

“Os partidos não representam nada”. Foi com críticas a partidos políticos e a instituições bancárias que o ex-deputado João Vicente Goulart Filho, filho do ex-presidente da República João Goulart, palestrou ontem em Vitória no seminário sobre os 50 anos do golpe militar.

Ele atacou a política de alianças e coligações entre candidatos, inclusive, criticou o próprio partido em que é filiado, o PDT. “Os partidos não representam nada além do que debater tempo de televisão

em campanha eleitoral e sobre quantos deputados vão disputar determinados cargos. Até no meu partido acontece isso”, disse.

Ele destacou a importância das reformas de base – uma alusão às reformas estruturais propostas pelo seu pai na presidência, que incluíam os setores educacional, fiscal, político e agrário.

Para ele, problemas que existem hoje poderiam ser resolvidos há 50 anos. E deu como exemplo a reforma bancária:

“Nunca, na história do Brasil, bancos privados lucraram tanto. De 2007 a 2011, o lucro líquido foi de R\$ 56 bilhões. Nós precisamos rever esse posicionamento. A distribuição do crédito é uma obrigação dos bancos privados, não temos de nacionalizar os bancos, mas fazer com que eles atinjam as camadas populares”, afirmou.

Através do Instituto João Goulart, que preside, ele vai enviar cartas aos pré-candidatos à Presidência,

para tentar introduzir as reformas nas campanhas eleitorais.

“Eu, através do Instituto João Goulart, vou encaminhar cartas a todos os candidatos à Presidência da República, avaliando se os mesmos podem assumir, ou já assumiram em seus programas de governo, a possibilidade de debater as reformas de base. É uma questão política. A sociedade também tem de pressionar o Congresso a debater essas reformas”.

Durante o evento, João Vicente contou, sob o seu ponto de vista, como foi o golpe militar de 1964. “O golpe não foi contra o presidente (João Goulart), foi contra o povo brasileiro”, destacou.

Cerca de 100 pessoas participaram da palestra que ocorreu na manhã de ontem, na Esesp, em Vitória. Após o evento, João Vicente seguiu para a Residência Oficial da Praia da Costa, onde foi recebido, com um almoço, pela primeira-dama, Maria Virgínia Casagrande.

## O QUE ELE DISSE

## “Militares culpados precisam pagar”

## Privatizações

> JOÃO VICENTE declarou que é contrário às privatizações. Para ele, serviços básicos são de obrigatoriedade do governo. Ele criticou também os repasses de empresas privatizadas: “95% dos lucros não ficam no País, são repassados para as matrizes estrangeiras. Se (os valores) ficassem aqui ajudariam a resolver vários problemas”, afirmou.

## Educação

> COM A PARTICIPAÇÃO de professores, historiadores e estudantes, João debateu sobre a qualidade da educação no País. Alguns profes-



CERCA de 100 pessoas na plateia

res questionaram o palestrante sobre as autoridades públicas que têm filhos matriculados em escolas particulares. Vicente apoiou os professores e disse que o exemplo tem de

partir dos políticos.

## Protestos

> AFIRMOU que protestos vão acontecer durante a Copa: “São o reflexo das necessidades da população. Não podemos enfrentar, temos de entender o que o povo está precisando”.

## Comissão da Verdade

> EM RESPOSTA a uma das perguntas da plateia, João Vicente afirmou que a Comissão da Verdade é contra os militares que participaram do golpe militar: “A Comissão da Verdade é contra os militares culpados. Eles precisam pagar pelos crimes”.

## Juiz barra mudança na Câmara de Fundão

Cinco vereadores de Fundão acionaram a Justiça contra alteração no regimento interno da Câmara que reduzia o quórum para cassação de mandatos no município. Na última sexta-feira, o juiz Leonardo Teixeira Lopes concedeu liminar suspendendo a alteração.

Na resolução, aprovada em sessão extraordinária no último dia 6, para se cassar um mandato em Fundão bastaria a aprovação da maioria simples dos vereadores, ou seja, seis vereadores, para que o mandato fosse cassado. Antes, eram necessários sete.

De acordo com a liminar, a decisão de reduzir o quórum está suspensa sob pena de multa de R\$ 10 mil ao dia caso seja descumprida.

Na decisão, o magistrado alega que a redução do quórum é inconstitucional para instauração de processo contra prefeito.

Além disso, o juiz apontou outras irregularidades como não cumprimento do prazo para convocação de sessão extraordinária, bem como a falta de uma mo-

tivação de urgência aparente.

Vice-presidente da Câmara, Everaldo dos Santos (PSB) garante que a alteração não tem motivação política. “A Casa ainda não foi notificada, mas não há complicação em cumprir o que definiu o juiz. Fizemos essa alteração apenas por um entendimento nosso, sem qualquer motivação política”, garantiu.

A prefeita Maria Dulce (PMDB) está sendo investigada por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que averigua aplicação de verbas oriundas dos royalties de petróleo desde 2005. Na última semana, ela assinou um decreto proibindo o Legislativo municipal de investigar ações do Poder Executivo.

O vereador Carlos Augusto Pimentel (PRB), aliado da prefeita, que ajuizou pedido de liminar, comemorou. “Isso é inconstitucional. Estão querendo roubar o cargo da prefeita.”

A prefeita disse, através de nota, que “ao que parece, a redução do quórum, da forma como ocorreu, é inconstitucional.”



LEONARDO BICALHO - 04/08/2008

**MARIA DULCE,** que chegou a assinar um decreto que proibia a Câmara de Vereadores de investigá-la, disse que decisão do Legislativo é inconstitucional

## Ricardo nega ação para virar ministro

Marcos Rosetti  
BRASÍLIA

Em meio à troca de ministros da presidente Dilma Rousseff, o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB/AM), tentou indicar o nome do colega Ricardo Ferraço (PMDB) para o Ministério do Turismo.

A informação está na coluna Giba Um, publicada em A Tribuna ontem. Ricardo, no entanto, afirma que, se a articulação existiu, ele não foi consultado. E ga-

rante que está mais preocupado em cumprir seu mandato de senador: “Não participei de nada, soube pela imprensa”, garantiu.

Segundo a nota, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), não avalizou o movimento em favor de Ricardo porque ele mesmo já havia indicado outro candidato, Vinícius Lages, que tomou posse ontem.

Apesar de ser da base, Ricardo mantém posições divergentes do governo Dilma, o que poderia ter influenciado na decisão.



AGÊNCIA SENADO - 18/12/2013

**RICARDO FERRAÇO** disse não ter ficado sabendo sobre as articulações em torno do seu nome e que está preocupado com o mandato de senador: “Não participei de nada, soube pela imprensa”